

HABEAS CORPUS Nº 570.422 - PR (2020/0079162-5)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : EDSON VIEIRA ABDALA
ADVOGADO : EDSON VIEIRA ABDALA - PR013343
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RAPHAEL SUSS MARQUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR EM PRÉVIO *WRIT*. INEVIDENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691/STF.

Petição inicial indeferida liminarmente.

DECISÃO

Em razão do indeferimento do pedido liminar formulado no HC n. 0015088-62.2020.8.16.0000, que tem curso no Tribunal de Justiça do Paraná, impetrou-se este *habeas corpus*, no qual se pretende a superação do óbice da Súmula 691/STF e a imediata substituição da prisão cautelar de **Raphael Suss Marques** no Processo n. 0001158-32.2015.8.16.0006 por prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, *em razão das circunstâncias atuais que envolvem a pandemia do coronavírus* (fl. 31).

Alega-se que, *em que pese o Paciente tenha comprovado, por meio de documentos médicos (movs. 1.2 e 8.2 do HC 0015088-62.2020.8.16.0000) – sendo um deles documento médico oficial emitido por profissional do próprio estabelecimento penal onde o Paciente está preso – deixar patente que este pertence ao grupo de risco, por possuir Asma Crônica, doença pulmonar registrada sob o CID10=J45.9, que, quando somada ao COVID-19, aumenta os sintomas respiratórios e contribui para o aumento de crises de asma, o que deixa o paciente extremamente debilitado e com mais sintomas do quadro respiratório, preferiu a Douta Autoridade Coatora ignorar as recomendações do CNJ e médica, bem como o eminente risco de vida* (fl. 13).

É o relatório.

Segundo a pacífica orientação jurisprudencial, salvo nas situações em que a

negativa do pleito de urgência configure manifesta ilegalidade, é incabível a impetração de *mandamus* contra decisão indeferitória de providência liminar prolatada em feito da mesma natureza (Súmula n. 691/STF).

No caso em apreço, não me deparo com excepcionalidade capaz de justificar a superação do referido óbice, considerando, sobretudo, os termos em que indeferido o pedido urgente no prévio writ.

Eis o que disse o Desembargador Antonio Loyola Vieira, do Tribunal de Justiça do Paraná (fl. 34 – grifo nosso):

[...]

2. A concessão de liminar em Habeas Corpus é medida de extrema excepcionalidade, pois não há previsão legal específica, sendo admitida pela doutrina e jurisprudência em determinadas hipóteses, e somente nos casos em que for demonstrada, de forma explícita e contundente, a necessidade de urgência da ordem.

No presente caso, verifica-se que o Impetrante requer, liminarmente, é a substituição da prisão preventiva do Paciente por prisão domiciliar, com monitoramento eletrônico e autorização para trabalho, ao argumento, em síntese, de que é portador de asma crônica e que as circunstâncias atuais que envolvem a pandemia do Coronavírus, recomendam que o Estado tome medidas urgentes para evitar a sua propagação.

Todavia, **o Paciente, ao que tudo indica, já foi transferido para uma ala separada dos demais presos, sendo que não há prova pré-constituída de que nesse novo estabelecimento as condições são piores de onde se encontrava.**

Ressalvo que **o crime imputado ao Paciente foi cometido, em tese, com violência e grave ameaça, além de ter sido revogada a liminar concedida pelo Ministro Marco Aurélio Mello, como também, não há nos autos prova de que o sistema prisional onde se encontra não possua capacidade para atender pessoas doentes**, certo que se houver necessidade de aparelhos respiratórios o doente será transferido para hospital adequadamente.

No mais, a decisão de mov.14.1 dos autos nº 0002358-83.2020.8.16.0011, não se demonstra, neste juízo de cognição sumária, arbitrária. Inclusive, **a MM. Magistrada consignou não há nenhuma notícia a quo de contágio interno e que a Recomendação do CNJ deve ser examinada no caso concreto.**

Por fim, o pedido de revogação da custódia cautelar por ausência de seus requisitos é objeto do Recurso em Sentido Estrito, o qual pende de julgamento. E já foi afastada em outras ações de Habeas Corpus.

Desta feita, entende-se que a pretensão deduzida será melhor analisada pelo Órgão colegiado, em momento oportuno, quando do mérito.

[...]

À primeira vista, a circunstância de se tratar de crime praticado com especial gravidade (homicídio da então companheira, contra quem já registrava comportamento

Superior Tribunal de Justiça

violento, mediante golpe de mata leão, com posterior simulação de suicídio, com o arremesso do corpo da janela do apartamento do 31º andar) e de ter o paciente sido transferido para ala separada dos demais presos, o que, em tese, minimizaria a exposição a eventuais riscos, afasta a possibilidade de concessão da pretendida prisão domiciliar.

Assim, convém aguardar o trâmite regular do *writ* na origem, a fim de permitir que o órgão competente analise em maior profundidade as matérias ali levantadas.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente** a petição inicial (art. 210 do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator